

**RTN**  
**2022**

Julho

Publicado em  
30/08/2022

# Resultado do Tesouro Nacional

Sumário Executivo



## Sumário Executivo

Em julho de 2022, o Governo Central apresentou um superávit primário de R\$ 19,3 bilhões, enquanto no mesmo mês do ano anterior foi observado um déficit primário de R\$ 19,5 bilhões (em termos nominais). O resultado do mês foi melhor que a mediana das expectativas da pesquisa Prisma Fiscal do Ministério da Economia, que indicava um superávit primário de R\$ 474,0 milhões

O Tesouro Nacional e o Banco Central foram superavitários em R\$ 38,0 bilhões, enquanto a Previdência Social (RGPS) apresentou déficit primário de R\$ 18,7 bilhões. Comparado a julho de 2021, o resultado primário observado decorre da combinação de um aumento real de 6,3% (9,6 bilhões) da receita líquida e um e um decréscimo real de 17,9% (31,2 bilhões) das despesas totais.

O aumento real da receita líquida no mês é derivado do crescimento nas receitas administradas em R\$ 5,5 bilhões, do crescimento na arrecadação líquida para o RGPS em R\$ 1,2 bilhão e do aumento nas receitas não administradas em R\$ 9,2 bilhões, parcialmente compensados pelo crescimento nas transferências por repartição de receita em R\$ 6,3 bilhões. Os principais destaques na comparação mensal são: a) acréscimo na arrecadação da estimativa mensal e na arrecadação do balanço trimestral para o Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL); b) aumento na arrecadação do Imposto de Renda Retido na Fonte (rendimentos do trabalho e do capital); c) acréscimo na arrecadação previdenciária (RGPS), devido ao aumento da massa salarial e maior arrecadação do Simples Nacional; d) recebimento de dividendos da Petrobrás no montante de R\$ 6,9 bilhões.

Por seu turno, a variação real nas despesas totais pode ser explicada principalmente pelos seguintes fatores: i) diminuição de R\$ 20,0 bilhões nos pagamentos de Benefícios Previdenciários, explicada pela parcela de pagamento do 13º salário de aposentados e pensionistas em paga em julho de 2021<sup>1</sup> sem contrapartida em 2022; ii) redução de R\$ 20,7 bilhões nas despesas com Créditos Extraordinários, com destaque àquelas associadas às medidas de combate à Covid-19; e iii) diminuição de R\$ 3,5 bilhões nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, em função da não concessão de reajustes salariais no período. Na direção oposta, o mês de julho de 2022 registrou um aumento nas despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (+R\$ 6,3 bilhões), em razão do acréscimo de R\$ 6,0 bilhões no pagamento de benefícios do Programa Auxílio Brasil.

Com o número de julho, o resultado do Governo Central acumulado no ano totaliza um superávit primário de R\$ 73,1 bilhões em termos nominais, enquanto no mesmo período de 2021 foi registrado um déficit de R\$ 73,1 bilhões. Esse resultado é composto por um superávit de R\$ 260,9 bilhões do Tesouro Nacional e do Banco Central e por um déficit de R\$ 187,8 bilhões na Previdência Social (RGPS). Em termos reais, no acumulado até julho, a

---

<sup>1</sup> Em 2021 houve pagamento, em termos reais, de R\$ 6,5 bilhões, R\$ 28,1 bilhões e R\$ 21,8 bilhões em maio, junho e julho, respectivamente. Para 2022, esses fluxos começaram em abril e foram pagos, em termos reais, R\$ 6,5 bilhões, R\$ 28,4 bilhões e R\$ 22,0 bilhões em abril, maio e junho, respectivamente.

receita líquida totalizou um aumento de 13,8% (R\$ 135,0 bilhões), enquanto a despesa reduziu 1,9% (R\$ 20,3 bilhões).

No lado da receita, destaca-se o aumento real de 10,1% (R\$ 77,2 bilhões) nas Receitas Administradas pela Receita Federal, concentradas principalmente em Imposto de Renda e CSLL. Na mesma direção, as Receitas Não Administradas aumentaram em 51,3% (R\$ 84,9 bilhões), enquanto a Arrecadação Líquida para o RGPS registrou uma alta de 7,2% (R\$ 19,7 bilhões). O desempenho final da Receita Líquida foi parcialmente compensado pela elevação real nas Transferências por Repartição de Receita de 21,2% (R\$ 46,8 bilhões).

No que se refere às despesas, no acumulado de janeiro a julho de 2022, as principais variações reais positivas foram registradas nas seguintes rubricas: i) Despesas Obrigatórias com Controle de Fluxo (R\$ 37,6 bilhões), com destaque para o aumento de R\$ 37,4 bilhões na rubrica “Bolsa Família e Auxílio Brasil”; ii) Despesas Discricionárias (R\$ 20,2 bilhões), com destaque para o acréscimo de R\$ 12,1 bilhões na função Saúde; e iii) nos pagamentos de Abono Salarial e Seguro-Desemprego (R\$ 12,1 bilhões), explicados pela concentração do pagamento de Abono Salarial nos meses de fevereiro e março de 2022, conforme Resolução CODEFAT nº 934/2022. Por outro lado, as principais variações reais negativas foram: i) nos Créditos Extraordinários (R\$ 60,8 bilhões), em larga medida influenciado pelo menor pagamento de despesas associadas ao combate à Covid-19; e ii) nas despesas de Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 25,2 bilhões). Adicionalmente, no acumulado de 2022 ainda não houve o pagamento da torre de precatórios, que já havia sido paga no mesmo período de 2021. Esse pagamento impacta as rubricas de pessoal, previdência, BPC e sentenças judiciais.